



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150704 - PA (2021/0230634-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : W DA S M
ADVOGADOS : RODRIGO MARQUES SILVA - PA021123
IGOR NOGUEIRA BATISTA - PA025692
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por W DA S M em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0801266-90.2021.8.14.0000).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos de reclusão no regime inicial semiaberto, como incurso no art. 213 do Código Penal.

O impetrante sustenta que o crime de estupro deveria ser desclassificado para o delito de importunação sexual, tendo em vista que o paciente não agiu com violência ou grave ameaça.

Afirma que não pretende o reexame do conjunto fático-probatório mas, apenas, pleiteia sua reavaliação.

Requer, liminarmente, a concessão de salvo conduto para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento definitivo do *writ*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que "*seja desclassificado o crime do artigo 213 do CP, para o art. 61 da Lei de Contravenções Penais, tendo em vista o que foi demonstrado neste recurso, não sendo este o entendimento, que expeça o Salvo Conduto para que o Recorrente aguarde o julgamento de sua Revisão Criminal*" (fls. 238-239).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A pretendida desclassificação do crime de estupro para o delito de importunação sexual demanda reexame fático-probatório, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO. PLEITOS QUE DEMANDAM REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE SE IMPÕE.

1. Deve ser mantida a decisão monocrática na qual se indefere liminarmente a inicial quando evidenciado que o pleito formulado demanda reexame de provas, inviável na via estreita do *habeas corpus*.

2. Caso em que a impetração pretende a absolvição do paciente do crime de estupro de vulnerável ou a desclassificação para o delito de importunação

sexual, ao argumento da fragilidade probatória, uma vez que, à época dos fatos, a vítima contava com apenas oito anos de idade e seu depoimento foi levado em consideração para justificar a condenação.
3. *Agravo regimental improvido.*
(AgRg no HC 658.366/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/05/2021, DJe 25/05/2021)

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência